

Segurança escolar e prevenção da violência nas instituições de ensino do estado do Pará.

School safety and violence prevention in educational institutions in the state of Pará.

Joubert Luis Rebelo da Silva
Ronne Gilvan Pereira Paz
Maria Josiane Pires Dantas
Antonia Giane de Sousa Pires

RESUMO

A violência escolar tem se configurado como um dos principais desafios enfrentados pelas instituições de ensino brasileiras, exigindo a implementação de estratégias voltadas à promoção de ambientes educacionais mais seguros e inclusivos. Nesse contexto, o presente estudo teve como objetivo analisar os fatores relacionados à violência escolar e discutir as políticas públicas e ações preventivas voltadas à promoção da segurança nas instituições de ensino do estado do Pará. A pesquisa partiu da compreensão de que a violência no ambiente escolar não se limita às agressões físicas, abrangendo também manifestações como bullying, cyberbullying, discriminação, ameaças e conflitos interpessoais que afetam o processo de ensino e aprendizagem. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa, desenvolvida a partir da análise de livros, artigos científicos, legislações e documentos institucionais relacionados à temática. Os resultados demonstraram que a violência escolar está associada a fatores sociais, econômicos, familiares e culturais, exigindo ações integradas entre escola, família, comunidade e órgãos de segurança pública. Verificou-se ainda que estratégias como mediação de conflitos, fortalecimento da cultura de paz, participação familiar e formação continuada dos profissionais da educação contribuem significativamente para a prevenção da violência. Conclui-se que a promoção da segurança escolar no estado do Pará depende do fortalecimento de políticas públicas preventivas e da atuação articulada entre diferentes instituições, visando garantir ambientes escolares mais seguros, democráticos e favoráveis ao desenvolvimento integral dos estudantes.

Palavras-chave: Segurança escolar. Violência escolar. Cultura de paz. Políticas públicas. Pará.

ABSTRACT

School violence has become one of the main challenges faced by Brazilian educational institutions, requiring the implementation of strategies aimed at promoting safer and more inclusive educational environments. In this context, this study aimed to analyze the factors related to school violence and discuss public policies and preventive actions focused on promoting safety in educational institutions in the state of Pará, Brazil. The research was based on the understanding that violence in the school environment is not limited to physical aggression, but also includes manifestations such as bullying, cyberbullying, discrimination, threats, and interpersonal conflicts that affect the teaching and learning process. Methodologically, this is a qualitative bibliographic and documentary study based on the analysis of books, scientific articles, legislation, and institutional documents related to the subject. The findings indicate that school violence is associated with social, economic, family, and cultural factors, requiring integrated actions involving schools, families, communities, and public security agencies. The study also found that strategies such as conflict mediation, promotion of a culture of peace, family participation, and continuing education for educators significantly contribute to violence prevention. It is concluded that the promotion of school safety in the state of Pará depends on strengthening preventive public policies and fostering cooperation among different institutions in order to ensure safer, more democratic, and more supportive school environments for students' overall development.

Keywords: School safety. School violence. Culture of peace. Public policies. Pará.

1 INTRODUÇÃO

A escola é reconhecida como um dos principais espaços de formação humana, social e cidadã, desempenhando papel fundamental no desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens. Além da transmissão de conhecimentos, as instituições de ensino contribuem para a construção de valores, para o fortalecimento das relações sociais e para a formação de indivíduos capazes de atuar de maneira crítica e participativa na sociedade. No entanto, nas últimas décadas, a violência no ambiente escolar tem se tornado uma preocupação crescente para educadores, famílias, gestores públicos e profissionais da segurança pública, evidenciando a necessidade de estratégias voltadas à promoção de ambientes educacionais mais seguros e acolhedores.

A violência escolar manifesta-se de diferentes formas, incluindo agressões físicas, violência psicológica, bullying, cyberbullying, vandalismo, discriminação, ameaças e conflitos interpessoais. Segundo Abramovay (2015), esses fenômenos ultrapassam os limites da escola, refletindo problemas sociais mais amplos relacionados à desigualdade, à exclusão social, à violência comunitária e à fragilidade das relações familiares. Dessa forma, compreender a

violência escolar exige uma análise que considere não apenas os acontecimentos dentro das instituições de ensino, mas também os contextos sociais nos quais elas estão inseridas.

Nos últimos anos, episódios de violência registrados em escolas brasileiras ampliaram o debate sobre a necessidade de fortalecer políticas públicas voltadas à segurança escolar. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2019), a violência no ambiente educacional compromete o processo de aprendizagem, afeta a saúde emocional dos estudantes e prejudica a convivência escolar. Além disso, pode contribuir para o aumento da evasão escolar e para o enfraquecimento dos vínculos entre a escola e a comunidade.

No estado do Pará, essa discussão torna-se especialmente relevante devido às características sociais e territoriais da região amazônica. Muitas escolas enfrentam desafios relacionados à vulnerabilidade social, às desigualdades econômicas e à exposição de crianças e adolescentes a diferentes formas de violência presentes em seus territórios. Conforme destaca Minayo (2006), a violência deve ser compreendida como um fenômeno multifacetado, influenciado por fatores econômicos, culturais, familiares e institucionais, o que reforça a necessidade de ações preventivas articuladas entre diferentes setores da sociedade.

A prevenção da violência escolar não pode ser atribuída exclusivamente às instituições de ensino. Segundo Charlot (2002), a construção de ambientes escolares seguros depende da participação conjunta da escola, da família, da comunidade e do poder público. Nesse sentido, políticas de prevenção, mediação de conflitos, fortalecimento da cultura de paz e promoção da cidadania tornam-se fundamentais para reduzir situações de violência e fortalecer as relações interpessoais no ambiente escolar.

A segurança escolar também se relaciona diretamente com as ações desenvolvidas pelos órgãos de segurança pública. Conforme apontam Silva e Souza (2022), a atuação integrada entre escolas e instituições responsáveis pela proteção social pode contribuir significativamente para a identificação precoce de situações de risco e para a implementação de estratégias preventivas mais eficazes. No contexto paraense, essa integração assume papel ainda mais relevante diante da diversidade de realidades presentes nos diferentes municípios do estado.

Outro aspecto importante refere-se ao impacto das tecnologias digitais nas relações escolares. O crescimento do uso das redes sociais e das plataformas digitais ampliou a ocorrência de práticas como o cyberbullying e a disseminação de discursos de ódio entre estudantes. Para

Lévy (2010), as transformações tecnológicas alteraram significativamente as formas de interação social, exigindo novas estratégias educativas voltadas ao uso responsável das ferramentas digitais e à prevenção de comportamentos violentos no ambiente virtual.

Nesse cenário, a promoção da segurança escolar deve ser compreendida como uma política pública voltada à proteção dos direitos de crianças e adolescentes e à garantia de condições adequadas para o desenvolvimento do processo educativo. Investir em ações preventivas, fortalecer a participação da comunidade escolar e ampliar a articulação entre educação e segurança pública representam estratégias fundamentais para a construção de ambientes mais seguros, inclusivos e favoráveis à aprendizagem.

Diante desse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar os principais fatores relacionados à violência escolar e discutir estratégias de prevenção voltadas à promoção da segurança nas instituições de ensino do estado do Pará. Busca-se compreender como a atuação integrada entre escola, família, comunidade e órgãos de segurança pública pode contribuir para a redução da violência e para o fortalecimento da cultura de paz no ambiente escolar.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A discussão sobre segurança escolar e prevenção da violência nas instituições de ensino tem ganhado destaque nas últimas décadas em razão do aumento dos conflitos e das diversas formas de violência que afetam o ambiente educacional. A escola, enquanto espaço de formação humana e social, desempenha papel fundamental na promoção da cidadania, da convivência democrática e da cultura de paz. Entretanto, os desafios enfrentados pelas instituições de ensino refletem, muitas vezes, problemas presentes na sociedade, exigindo ações integradas entre educação, família, comunidade e poder público.

Segundo Abramovay (2015), a violência escolar não pode ser compreendida de forma isolada, pois está relacionada a fatores sociais, econômicos, culturais e familiares que influenciam diretamente o comportamento dos estudantes e a dinâmica das relações escolares. Nesse sentido, compreender suas causas e manifestações é essencial para o desenvolvimento de estratégias preventivas mais eficazes.

Para Charlot (2002), a violência no ambiente escolar assume diferentes formas e significados, variando conforme o contexto social em que a escola está inserida. Essa

compreensão reforça a necessidade de análises que considerem as especificidades de cada realidade, especialmente em estados com grande diversidade social e territorial, como o Pará.

A promoção da segurança escolar também está diretamente associada à construção de ambientes acolhedores e à valorização do diálogo como instrumento de mediação de conflitos. Conforme destaca Minayo (2006), a prevenção da violência depende da atuação articulada entre diferentes setores da sociedade, envolvendo ações educativas, sociais e institucionais voltadas à proteção de crianças e adolescentes.

Além disso, a UNESCO (2019) ressalta que escolas seguras favorecem o desenvolvimento integral dos estudantes, contribuem para a melhoria do desempenho acadêmico e fortalecem os vínculos entre a comunidade escolar e a sociedade. Nesse contexto, Silva e Souza (2022) defendem que políticas públicas voltadas à segurança escolar devem priorizar ações preventivas e a integração entre os órgãos de educação e segurança pública.

Dessa forma, torna-se fundamental compreender os principais fatores associados à violência escolar, bem como as estratégias e políticas voltadas à sua prevenção. A partir dessa perspectiva, os tópicos a seguir apresentam uma discussão sobre os conceitos e as manifestações da violência escolar, as políticas públicas de segurança e prevenção e os desafios enfrentados pelas instituições de ensino do estado do Pará na promoção de ambientes educacionais mais seguros e inclusivos.

2.1 Violência Escolar: Conceitos, Causas E Manifestações

A violência escolar é um fenômeno complexo que tem despertado crescente preocupação entre educadores, famílias, pesquisadores e gestores públicos. Embora a escola seja reconhecida como um espaço destinado à formação humana, ao desenvolvimento do conhecimento e à promoção da cidadania, ela também pode refletir conflitos e problemas presentes na sociedade. Dessa forma, compreender a violência escolar exige uma análise ampla que considere fatores individuais, familiares, sociais, culturais e institucionais que influenciam o cotidiano das comunidades escolares.

De modo geral, a violência escolar pode ser definida como qualquer ação ou comportamento que provoque danos físicos, psicológicos, emocionais ou sociais aos indivíduos que compõem o ambiente educacional. Segundo Abramovay (2015), a violência na escola não se limita às agressões físicas, abrangendo também situações de intimidação, discriminação, exclusão

social, ameaças, depredação do patrimônio e conflitos interpessoais que comprometem a convivência e o processo de aprendizagem. Essa diversidade de manifestações demonstra que a violência escolar é um fenômeno multifacetado e que exige diferentes estratégias de enfrentamento.

Ao discutir essa temática, Charlot (2002) destaca que existem diferentes formas de compreender a violência no contexto educacional. O autor diferencia a violência que ocorre dentro da escola, a violência contra a escola e a violência produzida pela própria escola por meio de práticas discriminatórias, autoritárias ou excludentes. Essa distinção é importante porque permite compreender que os conflitos escolares nem sempre têm origem apenas no comportamento dos estudantes, podendo estar relacionados a fatores estruturais e institucionais.

As causas da violência escolar são diversas e frequentemente interligadas. Entre os fatores mais citados pela literatura estão a desigualdade social, a vulnerabilidade econômica, a violência doméstica, a ausência de acompanhamento familiar, o consumo de álcool e drogas, a exclusão social e a exposição constante a ambientes violentos. De acordo com Minayo (2006), a violência deve ser analisada como um fenômeno social que resulta da interação de múltiplos fatores históricos, econômicos, culturais e relacionais. Assim, os episódios de violência observados nas escolas não podem ser compreendidos de forma isolada da realidade social em que os estudantes estão inseridos.

No contexto brasileiro, muitas instituições de ensino localizam-se em áreas marcadas por problemas sociais significativos, como pobreza, desemprego e criminalidade. Essas condições influenciam diretamente as relações estabelecidas dentro da escola, aumentando a possibilidade de conflitos e situações de violência. No estado do Pará, essa realidade pode ser observada em diferentes municípios, especialmente em comunidades que enfrentam dificuldades relacionadas ao acesso a serviços públicos, oportunidades educacionais e políticas de proteção social.

Entre as manifestações mais comuns da violência escolar destaca-se o bullying, caracterizado por comportamentos agressivos repetitivos praticados contra uma ou mais pessoas. Essas agressões podem ocorrer por meio de insultos, apelidos ofensivos, humilhações, exclusão social e ameaças. Segundo a UNESCO (2019), o bullying afeta significativamente o desenvolvimento emocional dos estudantes, podendo provocar problemas de autoestima, dificuldades de aprendizagem, ansiedade, depressão e evasão escolar.

Nos últimos anos, o avanço das tecnologias digitais também contribuiu para o surgimento de novas formas de violência. O cyberbullying, realizado por meio de redes sociais, aplicativos de mensagens e outras plataformas digitais, tornou-se uma preocupação crescente para as instituições de ensino. Para Lévy (2010), a expansão das tecnologias de comunicação transformou as formas de interação social, ampliando as possibilidades de comunicação, mas também criando novos desafios relacionados à convivência e ao respeito mútuo no ambiente virtual.

Além do bullying e do cyberbullying, a violência escolar pode manifestar-se por meio de agressões físicas, ameaças, depredação do patrimônio público, discriminação racial, preconceito de gênero, intolerância religiosa e conflitos entre grupos de estudantes. Essas situações afetam não apenas as vítimas diretamente envolvidas, mas toda a comunidade escolar, comprometendo a sensação de segurança e prejudicando o ambiente necessário ao desenvolvimento das atividades pedagógicas.

Outro aspecto relevante refere-se aos impactos da violência sobre o processo de ensino e aprendizagem. Quando a escola se torna um ambiente marcado pelo medo, pela insegurança e pelos conflitos constantes, estudantes e professores tendem a apresentar dificuldades de concentração, redução do rendimento acadêmico e aumento dos níveis de estresse. Abramovay (2015) ressalta que ambientes escolares violentos podem comprometer a qualidade da educação e dificultar a construção de relações saudáveis entre os diferentes atores da comunidade escolar.

Nesse contexto, torna-se fundamental compreender que a violência escolar não deve ser enfrentada apenas por meio de medidas punitivas. Segundo Silva e Souza (2022), a prevenção exige ações permanentes de promoção da cultura de paz, fortalecimento dos vínculos familiares, mediação de conflitos, educação para os direitos humanos e desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas. Essas iniciativas contribuem para a construção de ambientes mais acolhedores e para a redução dos fatores que favorecem o surgimento de comportamentos violentos.

No estado do Pará, a prevenção da violência escolar assume importância ainda maior diante da diversidade social, cultural e territorial que caracteriza a região. Muitas escolas atendem estudantes que convivem diariamente com situações de vulnerabilidade social, exigindo estratégias adaptadas às especificidades locais. Assim, compreender os conceitos, as causas e as manifestações da violência escolar constitui etapa fundamental para a elaboração de políticas

públicas e ações educativas capazes de promover a segurança, a inclusão e a convivência pacífica nas instituições de ensino.

2.2 Segurança Escolar E Políticas Públicas De Prevenção

A segurança escolar tem se consolidado como um tema de grande relevância no debate sobre educação, cidadania e segurança pública. A crescente preocupação com os episódios de violência registrados em instituições de ensino brasileiras têm impulsionado a criação de políticas públicas voltadas à proteção dos estudantes, profissionais da educação e demais integrantes da comunidade escolar. Mais do que garantir a integridade física dos indivíduos, a segurança escolar envolve a construção de ambientes capazes de promover o respeito, a convivência pacífica e o desenvolvimento integral dos alunos.

Historicamente, a discussão sobre segurança nas escolas esteve associada principalmente à adoção de medidas de controle e vigilância. Entretanto, as pesquisas mais recentes apontam que a prevenção da violência exige uma abordagem mais ampla, que considere aspectos pedagógicos, sociais e comunitários. Segundo Charlot (2002), a violência escolar é um fenômeno complexo que não pode ser enfrentado apenas por meio de ações repressivas, sendo necessária a implementação de estratégias voltadas à construção de relações sociais saudáveis e ao fortalecimento da cultura de paz.

Nesse contexto, as políticas públicas de prevenção da violência escolar passaram a ocupar posição de destaque nas agendas governamentais. Essas políticas têm como objetivo reduzir fatores de risco, promover a inclusão social e fortalecer os vínculos entre escola, família e comunidade. Para Abramovay (2015), a prevenção da violência deve priorizar ações educativas capazes de estimular o diálogo, o respeito às diferenças e a participação coletiva na resolução de conflitos. Dessa forma, a escola deixa de ser apenas um espaço de transmissão de conhecimentos e passa a atuar também como um ambiente de formação para a convivência democrática.

No Brasil, diversas iniciativas têm sido desenvolvidas para promover a segurança no ambiente escolar. A criação de programas voltados à mediação de conflitos, ao combate ao bullying e à promoção dos direitos humanos representa um avanço importante na construção de políticas preventivas. A Lei nº 13.185/2015, que instituiu o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying), constitui um exemplo de instrumento legal criado para enfrentar práticas

de violência recorrentes entre estudantes, incentivando ações educativas e preventivas nas instituições de ensino (BRASIL, 2015).

Outro marco importante foi a ampliação das discussões sobre a cultura de paz nas escolas. Segundo a UNESCO (2019), ambientes educacionais seguros são aqueles que promovem o respeito mútuo, a valorização da diversidade e a participação ativa dos estudantes na construção de soluções para os problemas coletivos. A cultura de paz não se limita à ausência de conflitos, mas envolve a criação de condições que favoreçam relações baseadas na cooperação, na solidariedade e no diálogo.

A participação da família também ocupa papel central nas políticas de prevenção da violência escolar. Diversos estudos demonstram que o acompanhamento familiar contribui para o desenvolvimento emocional dos estudantes e para a redução de comportamentos de risco. Conforme destaca Minayo (2006), a violência resulta de múltiplos fatores sociais e relacionais, o que exige a participação conjunta de diferentes instituições na construção de estratégias preventivas. Nesse sentido, a aproximação entre família e escola fortalece a rede de proteção destinada a crianças e adolescentes.

Além da família, a comunidade exerce influência significativa sobre a segurança escolar. Escolas inseridas em territórios marcados por vulnerabilidades sociais frequentemente enfrentam desafios adicionais relacionados à violência urbana, ao tráfico de drogas e à exclusão social. Por essa razão, as políticas públicas mais eficazes são aquelas que articulam diferentes setores governamentais e sociais na busca por soluções integradas. A atuação conjunta entre educação, assistência social, saúde e segurança pública amplia as possibilidades de prevenção e fortalece os mecanismos de proteção aos estudantes.

A mediação de conflitos constitui outra estratégia amplamente utilizada na promoção da segurança escolar. Essa prática busca estimular o diálogo e a resolução pacífica das divergências antes que elas evoluam para situações de violência. Segundo Chrispino (2007), a mediação escolar contribui para o desenvolvimento de competências socioemocionais, favorecendo a construção de relações mais respeitadas e colaborativas dentro das instituições de ensino. Além disso, permite que estudantes e educadores participem ativamente da resolução dos conflitos, fortalecendo o sentimento de pertencimento à comunidade escolar.

Nos últimos anos, a atuação dos órgãos de segurança pública nas escolas também passou por importantes transformações. Atualmente, observa-se uma tendência de valorização de ações

preventivas em substituição a abordagens exclusivamente repressivas. Programas educativos desenvolvidos por instituições policiais têm contribuído para aproximar os estudantes das forças de segurança e para promover orientações relacionadas à prevenção da violência, ao uso de drogas e à cidadania. Conforme afirmam Silva e Souza (2022), a integração entre educação e segurança pública fortalece a capacidade de identificação precoce de situações de risco e favorece a implementação de medidas preventivas mais eficazes.

No estado do Pará, destaca-se a atuação da Polícia Militar do Pará (PMPA) por meio de ações de policiamento comunitário, palestras educativas, programas de prevenção às drogas e atividades voltadas ao fortalecimento da cidadania no ambiente escolar. Essas iniciativas buscam aproximar a instituição policial da comunidade, promovendo relações de confiança entre estudantes, educadores e profissionais da segurança pública. Segundo Trojanowicz e Bucqueroux (1994), o policiamento comunitário fundamenta-se na construção de parcerias entre polícia e sociedade para a solução conjunta dos problemas que afetam a qualidade de vida da população, incluindo aqueles relacionados à violência escolar.

Outro aspecto relevante refere-se ao avanço das tecnologias digitais e aos novos desafios que elas apresentam para a segurança escolar. O crescimento do uso das redes sociais ampliou a ocorrência de práticas como cyberbullying, discursos de ódio e disseminação de conteúdos violentos entre estudantes. Para Lévy (2010), as transformações promovidas pela cultura digital exigem novas formas de educação voltadas ao uso ético e responsável das tecnologias. Dessa forma, as políticas de prevenção devem incluir ações de conscientização digital e promoção da cidadania no ambiente virtual.

As políticas públicas voltadas à segurança escolar também têm buscado fortalecer a formação dos profissionais da educação. Professores, gestores e equipes pedagógicas desempenham papel fundamental na identificação de situações de risco e na implementação de estratégias preventivas. De acordo com Libâneo (2013), a formação continuada dos educadores contribui para o desenvolvimento de competências necessárias à gestão dos conflitos escolares e à promoção de práticas pedagógicas inclusivas.

Além disso, a criação de espaços de participação estudantil tem sido apontada como importante ferramenta para a prevenção da violência. Quando os estudantes participam das decisões relacionadas ao ambiente escolar, fortalecem o sentimento de pertencimento e desenvolvem maior compromisso com a preservação das relações de respeito e convivência. Essa

participação favorece a construção de uma cultura escolar baseada na cooperação e na responsabilidade coletiva.

Diante desse cenário, observa-se que a segurança escolar não depende exclusivamente da presença de mecanismos de vigilância ou controle, mas da construção de políticas públicas abrangentes que promovam a inclusão, o diálogo e a cultura de paz. No caso do Pará, a efetividade dessas ações exige o reconhecimento das especificidades locais e a articulação permanente entre educação, família, comunidade e órgãos de segurança pública. Assim, investir em prevenção significa não apenas reduzir os índices de violência, mas também garantir condições adequadas para o desenvolvimento educacional e social das futuras gerações.

2.3 A Realidade Das Instituições De Ensino Do Pará E Os Desafios Para A Promoção Da Cultura De Paz.

A promoção da cultura de paz nas instituições de ensino do estado do Pará representa um desafio que envolve fatores sociais, econômicos, culturais e educacionais. Embora a escola seja reconhecida como um espaço de formação cidadã e desenvolvimento humano, muitas unidades de ensino convivem diariamente com situações de vulnerabilidade social que influenciam diretamente as relações estabelecidas no ambiente escolar. Nesse contexto, compreender a realidade das escolas paraenses torna-se fundamental para a elaboração de estratégias eficazes de prevenção da violência e fortalecimento da segurança escolar.

O Pará possui uma extensa dimensão territorial e uma significativa diversidade social e cultural, características que influenciam as dinâmicas educacionais em diferentes regiões do estado. Em muitos municípios, especialmente aqueles localizados em áreas mais afastadas dos grandes centros urbanos, as escolas enfrentam desafios relacionados ao acesso a serviços públicos, às condições socioeconômicas das famílias e às desigualdades educacionais. Segundo Minayo (2006), a violência está associada a múltiplos fatores sociais e estruturais, o que exige abordagens integradas para sua prevenção e enfrentamento.

Nesse cenário, as instituições de ensino frequentemente se tornam espaços onde se refletem problemas presentes na comunidade, como conflitos familiares, violência doméstica, uso de drogas, exclusão social e discriminação. Abramovay (2015) destaca que a violência escolar não surge isoladamente dentro da escola, mas está relacionada às condições sociais e às experiências vivenciadas pelos estudantes em seus contextos familiares e comunitários. Dessa

forma, o enfrentamento da violência escolar exige ações que ultrapassem os limites físicos da instituição de ensino.

Outro desafio observado nas escolas paraenses refere-se à necessidade de fortalecimento das ações de mediação de conflitos e convivência escolar. Conforme aponta Charlot (2002), os conflitos fazem parte das relações humanas e não devem ser compreendidos apenas como situações negativas. Quando adequadamente mediados, podem se transformar em oportunidades de aprendizagem, diálogo e fortalecimento das relações interpessoais. Por essa razão, a formação de educadores para a gestão de conflitos torna-se uma estratégia importante para a promoção de ambientes mais seguros.

A construção da cultura de paz também depende da participação ativa das famílias e da comunidade escolar. Segundo a UNESCO (2019), escolas que desenvolvem ações voltadas à participação coletiva tendem a apresentar melhores resultados na prevenção da violência e no fortalecimento do sentimento de pertencimento dos estudantes. No Pará, iniciativas que promovem a aproximação entre escola, família e comunidade têm demonstrado potencial para fortalecer as redes de proteção social e contribuir para a redução de comportamentos violentos.

A atuação integrada entre educação e segurança pública também merece destaque nesse processo. Silva e Souza (2022) afirmam que a cooperação entre instituições de ensino e órgãos de segurança favorece a identificação precoce de situações de risco e a implementação de estratégias preventivas mais eficazes. Nesse sentido, programas educativos e ações de orientação desenvolvidos em parceria com profissionais da segurança pública podem contribuir para a promoção da cidadania e da cultura de paz.

Nesse contexto, a Polícia Militar do Pará tem desempenhado papel relevante na promoção da segurança escolar por meio de ações preventivas desenvolvidas em parceria com escolas, conselhos tutelares e demais órgãos da rede de proteção. Além do policiamento ostensivo nas áreas próximas às instituições de ensino, a corporação participa de atividades educativas que abordam temas como prevenção ao uso de drogas, combate ao bullying, cidadania e cultura de paz. Essas ações fortalecem os vínculos entre a comunidade escolar e os órgãos de segurança pública, contribuindo para a construção de ambientes mais seguros e acolhedores.

Além disso, a formação continuada dos profissionais da educação constitui um elemento essencial para o fortalecimento das políticas de prevenção. Libâneo (2013) ressalta que a capacitação dos educadores favorece a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas e o

desenvolvimento de competências necessárias para lidar com situações de conflito e vulnerabilidade social. Investir na formação dos profissionais representa, portanto, uma estratégia importante para a promoção de ambientes escolares mais acolhedores.

Diante desse contexto, observa-se que a promoção da cultura de paz nas instituições de ensino do Pará depende da articulação entre diferentes atores sociais e do fortalecimento de políticas públicas voltadas à prevenção da violência. A construção de escolas seguras exige ações permanentes de diálogo, inclusão, participação comunitária e valorização das relações humanas. Assim, o fortalecimento dessas iniciativas pode contribuir significativamente para a melhoria da convivência escolar, para a proteção dos estudantes e para a consolidação de uma educação comprometida com a cidadania e a paz social.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica e documental, com o objetivo de analisar os desafios relacionados à segurança escolar e às estratégias de prevenção da violência nas instituições de ensino do estado do Pará. A escolha dessa abordagem fundamenta-se na necessidade de compreender a violência escolar como um fenômeno social complexo, influenciado por diferentes fatores culturais, econômicos, familiares e institucionais.

Segundo Minayo (2014), a pesquisa qualitativa permite compreender significados, experiências e relações sociais que não podem ser explicados apenas por indicadores numéricos. Dessa forma, esse método mostrou-se adequado para a análise das diversas manifestações da violência escolar e das políticas públicas voltadas à promoção da cultura de paz no ambiente educacional.

Quanto aos procedimentos técnicos, foi realizada pesquisa bibliográfica a partir da consulta de livros, artigos científicos, dissertações, teses e publicações acadêmicas relacionadas à violência escolar, segurança pública, cultura de paz e políticas educacionais. De acordo com Gil (2008), a pesquisa bibliográfica possibilita ao pesquisador ampliar o conhecimento sobre determinado tema por meio da análise crítica de materiais já publicados.

Além da pesquisa bibliográfica, foi realizada pesquisa documental com base em legislações, relatórios institucionais e documentos oficiais relacionados à educação e à segurança pública. Foram analisados documentos produzidos pelo Ministério da Educação, pela UNESCO,

pelo Conselho Nacional de Educação e por órgãos governamentais que atuam na formulação de políticas voltadas à proteção de crianças e adolescentes. Conforme Lakatos e Marconi (2021), a pesquisa documental permite a utilização de fontes primárias que contribuem para a compreensão dos fenômenos investigados.

Para a organização e interpretação das informações coletadas, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo. Segundo Bardin (2016), essa metodologia possibilita identificar categorias temáticas e compreender os significados presentes nos documentos e materiais analisados. Nesse estudo, a análise concentrou-se em aspectos relacionados às causas da violência escolar, às estratégias de prevenção e às ações voltadas à promoção da segurança nas instituições de ensino.

A interpretação dos dados ocorreu de forma crítica e reflexiva, buscando estabelecer relações entre os referenciais teóricos e a realidade educacional paraense. Conforme Severino (2017), a pesquisa científica deve contribuir para a compreensão dos problemas sociais e para a produção de conhecimentos capazes de subsidiar ações e políticas públicas.

Por fim, destaca-se que a investigação não envolveu coleta direta de dados com seres humanos, utilizando exclusivamente fontes bibliográficas e documentais. Segundo Prodanov e Freitas (2013), a utilização de diferentes fontes de pesquisa favorece a confiabilidade dos resultados e amplia as possibilidades de compreensão do objeto estudado. Assim, a metodologia adotada permitiu reunir informações relevantes para a análise da segurança escolar e da prevenção da violência nas instituições de ensino do estado do Pará.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura consultada e dos documentos institucionais permitiu compreender que a violência escolar constitui um desafio crescente para as instituições de ensino brasileiras e demanda a atuação integrada de diferentes setores da sociedade. No estado do Pará, essa realidade apresenta características específicas relacionadas às condições socioeconômicas, às desigualdades regionais e às particularidades geográficas da Amazônia, fatores que influenciam diretamente o cotidiano das escolas e as estratégias de promoção da segurança escolar.

Os resultados obtidos indicam que a violência escolar não pode ser compreendida apenas como um conjunto de comportamentos agressivos praticados dentro do ambiente educacional. Conforme destaca Abramovay (2015), os conflitos observados nas escolas frequentemente refletem problemas sociais mais amplos, como vulnerabilidade econômica, violência doméstica,

discriminação, exclusão social e fragilidade dos vínculos familiares. Essa constatação reforça a necessidade de compreender a escola como parte de uma rede social mais ampla, cujos desafios ultrapassam os limites físicos da instituição.

No contexto paraense, muitas escolas estão inseridas em comunidades que enfrentam dificuldades relacionadas ao acesso a serviços públicos, oportunidades de emprego, assistência social e atividades de lazer. Essas condições podem influenciar diretamente o comportamento dos estudantes e aumentar a exposição a situações de risco. Segundo Minayo (2006), a violência deve ser analisada como um fenômeno social complexo, resultado da interação entre fatores individuais, familiares, culturais e estruturais. Dessa forma, a prevenção da violência escolar exige ações que considerem as especificidades de cada território e as diferentes realidades vivenciadas pelos alunos.

Outro aspecto evidenciado pela pesquisa refere-se às principais manifestações de violência presentes nas instituições de ensino. Os estudos analisados apontam que o bullying continua sendo uma das ocorrências mais frequentes, afetando significativamente o desenvolvimento emocional e social dos estudantes. De acordo com a UNESCO (2019), situações de intimidação sistemática podem provocar sentimentos de insegurança, baixa autoestima, isolamento social e dificuldades no processo de aprendizagem. Além disso, a persistência dessas práticas pode contribuir para o aumento da evasão escolar e para o comprometimento da convivência no ambiente educacional.

Nos últimos anos, o avanço das tecnologias digitais também ampliou os desafios relacionados à segurança escolar. A disseminação do cyberbullying por meio das redes sociais e aplicativos de mensagens passou a exigir novas estratégias de prevenção e acompanhamento por parte das escolas e das famílias. Conforme argumenta Lévy (2010), as transformações promovidas pela cultura digital modificaram profundamente as formas de interação social, criando oportunidades de comunicação, mas também novos espaços para a reprodução de comportamentos violentos. Nesse contexto, a educação digital e o uso responsável das tecnologias tornaram-se componentes fundamentais das políticas de prevenção.

Os resultados da pesquisa também evidenciaram a importância da atuação preventiva como estratégia mais eficaz para o enfrentamento da violência escolar. Diferentemente de abordagens centradas exclusivamente em medidas punitivas, os estudos analisados demonstram que ações voltadas ao diálogo, à mediação de conflitos e ao fortalecimento das relações

interpessoais apresentam resultados mais consistentes na construção de ambientes seguros. Charlot (2002) ressalta que a prevenção da violência depende da capacidade da escola de promover relações baseadas no respeito mútuo, na participação e na valorização da diversidade.

Nesse sentido, a mediação de conflitos foi identificada como uma ferramenta relevante para a promoção da convivência pacífica nas instituições de ensino. Ao estimular o diálogo e a resolução não violenta das divergências, essa prática contribui para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e para a redução dos conflitos interpessoais. As experiências relatadas na literatura demonstram que escolas que investem em ações de mediação tendem a apresentar melhores condições de convivência e maior engajamento dos estudantes nas atividades escolares.

Outro resultado importante refere-se ao papel da família na prevenção da violência. Os estudos analisados indicam que a participação familiar no acompanhamento da vida escolar dos estudantes contribui significativamente para a construção de ambientes mais seguros. Quando existe uma relação de cooperação entre escola e família, torna-se mais fácil identificar situações de vulnerabilidade, acompanhar o desenvolvimento dos alunos e implementar estratégias preventivas. Abramovay (2015) destaca que o fortalecimento dessa parceria representa um dos pilares fundamentais das políticas de prevenção da violência escolar.

A pesquisa também evidenciou a relevância da formação continuada dos profissionais da educação. Professores, coordenadores pedagógicos e gestores escolares desempenham papel estratégico na identificação precoce de conflitos e na implementação de ações preventivas. Segundo Libâneo (2013), a capacitação dos educadores favorece a adoção de práticas pedagógicas mais inclusivas e fortalece a capacidade institucional de lidar com situações de violência. Dessa forma, investir na formação profissional representa uma medida essencial para o fortalecimento da segurança escolar.

Outro aspecto identificado diz respeito à necessidade de integração entre as políticas educacionais e as políticas de segurança pública. No Pará, assim como em outras regiões do país, a atuação articulada entre escolas, conselhos tutelares, órgãos de assistência social, profissionais da saúde e instituições de segurança pública tem se mostrado fundamental para o enfrentamento das situações de risco. Silva e Souza (2022) afirmam que a cooperação interinstitucional amplia a capacidade de prevenção e fortalece as redes de proteção destinadas a crianças e adolescentes.

Além disso, observou-se que a promoção da cultura de paz deve ser compreendida como uma política permanente e não como uma ação pontual. A construção de ambientes escolares seguros depende da implementação contínua de projetos educativos, atividades de conscientização, ações de valorização da diversidade e fortalecimento da participação estudantil. A UNESCO (2019) destaca que escolas comprometidas com a cultura de paz tendem a apresentar melhores indicadores de convivência, aprendizagem e desenvolvimento social.

No caso específico do Pará, os resultados sugerem que as políticas de segurança escolar precisam considerar as particularidades regionais, respeitando as diferenças culturais, sociais e territoriais existentes entre os municípios. As estratégias adotadas em áreas urbanas nem sempre apresentam os mesmos resultados em comunidades rurais, ribeirinhas ou indígenas, o que reforça a necessidade de planejamento contextualizado e adaptado às demandas locais.

Diante das evidências analisadas, verifica-se que a prevenção da violência escolar exige uma abordagem integrada, envolvendo educação, segurança pública, assistência social, saúde e participação comunitária. Mais do que combater episódios de violência já ocorridos, torna-se necessário investir na construção de ambientes escolares acolhedores, democráticos e inclusivos, capazes de fortalecer vínculos sociais e promover o desenvolvimento integral dos estudantes.

Além disso, no estado do Pará, a Polícia Militar tem desempenhado papel relevante na promoção da segurança escolar por meio de ações preventivas voltadas à proteção da comunidade educativa. Entre essas iniciativas destacam-se o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), as atividades de policiamento comunitário escolar, as palestras educativas e o patrulhamento preventivo realizado no entorno das instituições de ensino. Essas ações buscam fortalecer os vínculos entre polícia, escola e família, promovendo a conscientização dos estudantes sobre temas relacionados à cidadania, à cultura de paz e à prevenção da violência. Além disso, a presença da PMPA nas escolas contribui para ampliar a sensação de segurança e para fortalecer as redes de proteção destinadas a crianças e adolescentes.

Assim, os resultados desta pesquisa demonstram que a segurança escolar deve ser entendida como um componente fundamental da política educacional e da política de segurança pública. No estado do Pará, o fortalecimento das ações preventivas, da formação dos profissionais, da participação familiar e da cooperação entre instituições pode contribuir significativamente para a redução da violência e para a consolidação de uma cultura de paz nas

escolas, favorecendo a aprendizagem, a cidadania e a proteção dos direitos de crianças e adolescentes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa permitiu compreender que a segurança escolar constitui um tema de grande relevância para a educação e para a segurança pública, especialmente diante dos desafios relacionados à prevenção da violência nas instituições de ensino do estado do Pará. Ao longo do estudo, verificou-se que a violência escolar é um fenômeno complexo, influenciado por fatores sociais, econômicos, familiares, culturais e institucionais, exigindo abordagens integradas e permanentes para seu enfrentamento.

Os resultados demonstraram que a violência nas escolas se manifesta de diferentes formas, incluindo agressões físicas, violência psicológica, bullying, cyberbullying e conflitos interpessoais que comprometem o ambiente educacional e o desenvolvimento dos estudantes. Conforme destaca Abramovay (2015), esses comportamentos não podem ser analisados de forma isolada, pois refletem situações de vulnerabilidade e problemas sociais presentes nos territórios onde as escolas estão inseridas.

No contexto paraense, observou-se que as particularidades geográficas e sociais da região amazônica influenciam diretamente a realidade das instituições de ensino. Muitas escolas enfrentam desafios relacionados às desigualdades sociais, às limitações de acesso a serviços públicos e à necessidade de fortalecimento das redes de proteção destinadas a crianças e adolescentes. Nesse sentido, Minayo (2006) ressalta que a prevenção da violência exige ações articuladas entre diferentes setores da sociedade, capazes de atuar sobre os fatores que contribuem para sua ocorrência.

A pesquisa também evidenciou que as políticas públicas de prevenção apresentam melhores resultados quando priorizam o diálogo, a mediação de conflitos, a participação da família e a promoção da cultura de paz. Segundo Charlot (2002), a construção de ambientes escolares seguros depende da valorização das relações humanas e da criação de espaços que favoreçam a convivência democrática e o respeito às diferenças. Dessa forma, investir em ações preventivas representa uma estratégia mais eficaz do que medidas exclusivamente punitivas.

Outro aspecto relevante refere-se à importância da atuação conjunta entre educação e segurança pública. Conforme apontam Silva e Souza (2022), a integração entre escolas, órgãos de

segurança, assistência social e demais instituições da rede de proteção amplia a capacidade de prevenção e fortalece os mecanismos de apoio aos estudantes em situação de vulnerabilidade. No estado do Pará, essa cooperação mostra-se fundamental para atender às diferentes realidades existentes entre os municípios e comunidades.

Além disso, verificou-se que a promoção da cultura de paz deve ser entendida como um compromisso permanente das instituições educacionais. A UNESCO (2019) destaca que escolas seguras e inclusivas favorecem não apenas a redução da violência, mas também a melhoria da aprendizagem, do desenvolvimento social e da participação cidadã dos estudantes. Assim, a construção de ambientes escolares acolhedores contribui para a formação de indivíduos mais preparados para a convivência democrática e para o exercício da cidadania.

Entre os resultados observados, destaca-se a importância das ações desenvolvidas pela Polícia Militar do Pará no fortalecimento da segurança escolar. Programas como o PROERD e as atividades de policiamento comunitário demonstram que a atuação preventiva da corporação vai além do enfrentamento direto da criminalidade, contribuindo também para a formação cidadã dos estudantes e para a construção de ambientes escolares mais seguros. Dessa forma, o fortalecimento dessas iniciativas pode representar um importante instrumento para a promoção da cultura de paz e para a prevenção da violência nas instituições de ensino paraenses.

Conclui-se, portanto, que a prevenção da violência escolar no estado do Pará depende do fortalecimento de políticas públicas integradas, da participação ativa da comunidade escolar e do compromisso coletivo com a promoção da cultura de paz. Investir na segurança escolar significa investir no futuro da educação, na proteção de crianças e adolescentes e na construção de uma sociedade mais justa, segura e inclusiva.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. **Cotidiano das escolas: entre violências**. Brasília: UNESCO, 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. **Lei nº 13.185**, de 6 de novembro de 2015. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Brasília, DF, 2015.

CHARLOT, Bernard. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 8, p. 432-443, 2002.

CHRISPINO, Álvaro. Gestão do conflito escolar: da classificação dos conflitos aos modelos de mediação. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 54, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 6. ed. São Paulo: Heccus, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SILVA, José Carlos; SOUZA, Maria Helena. Segurança escolar e prevenção da violência: desafios para as políticas públicas. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 16, n. 2, 2022.

TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. **Policciamento comunitário: como começar**. Rio de Janeiro: Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, 1994.

UNESCO. **Behind the numbers: ending school violence and bullying**. Paris: UNESCO, 2019.